

Existe crise da Água no Brasil ?

Prof. Carlos E. M. Tucci

Instituto de Pesquisas Hidráulicas

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Nos últimos anos estamos passando por um cenário em que valores essenciais a nossa vida, que somente damos a sua devida importância quando faltam, como a água e a luz, podem estar em risco de suprimento por um tempo maior do que estamos acostumados agüentar. Será que estamos voltando a época de nossos avós onde esta infra-estrutura era ainda precária? São dúvidas que passam pela cabeça de muitos brasileiros nos últimos meses, com a avalanche de informações, muitas vezes desconstruídas, que aparece na mídia.

No último século a demanda de água aumentou 6 vezes, enquanto que a população cresceu três vezes. Tanto a nível mundial como no Brasil o grande consumidor é a agricultura (quadro 1). O primeiro risco é o da *escassez quantitativa*. A natureza tem mostrado que a água, que escoar nos rios e depende das chuvas é aleatória e varia muito entre as secas e estiagens. O homem, na sua história procurou controlar esta água para seu benefício através de obras hidráulicas. Estas obras procuram reduzir a escassez pela regularização das vazões aumentando a disponibilidade ao longo do tempo, mas desde os anos 60 estas obras são questionadas devido aos impactos irreversíveis ao meio ambiente. O desenvolvimento sustentável que procura harmonizar este conflito é ainda um tarefa pouco compreendida e utilizada.

Quadro 1 Uso da água em %

	Agricultura	Indústria	Humano
Mundo	69	23	8
Brasil	68	14	18

No passado, quando as cidades eram menores e a necessidade por abastecimento, alimentos e energia era pequena, o impacto ambiental também era pequeno e desconsiderado. Exemplo disto é a cobertura de abastecimento de água acima de 90% enquanto que a quantidade de esgoto doméstico tratado, que retorna aos rios é da ordem de 20%. Com o aumento da urbanização, produtos químicos na agricultura e no ambiente em geral, a água utilizada nas cidades, indústrias e na agricultura retornam aos rios totalmente contaminada. A consequência da expansão sem uma visão ambiental é a deterioração dos mananciais e a redução da cobertura de água segura para a população, ou seja a *escassez qualitativa*.

Na medida que a população aumenta e se concentra em áreas urbanas e explora ao limite o espaço rural, ocorre redução na disponibilidade quantitativa e qualitativa. No Oeste americano os agricultores ganham mais dinheiro vendendo o direito da água do que cultivando. Mesmo nas regiões com grande disponibilidade hídrica com a cidade de São Paulo, observa-se permanente racionamento da água, já que após o seu uso a água retorna aos rios totalmente contaminada e não pode ser utilizada (apesar que parte da mesma é utilizada depois de tratada). Existe uma tendência de agravamento da disponibilidade quantitativa nas regiões áridas e semi-áridas e na disponibilidade quanti-qualitativa nas regiões de grande adensamento urbano e de uso agrícola.

A pergunta natural seria: Como podemos resolver isto? O primeiro passo é possuir um conjunto institucional adequado que permita gerenciar os recursos hídricos, área de conhecimento

fortemente interdisciplinar que exige um melhor entendimento dos aspectos climáticos, físicos, químicos e biológicos e sócio – econômicos de toda a bacia hidrográfica.

No Brasil, em 1997 foi aprovada uma lei de recursos hídricos, considerada uma das mais modernas, apesar de algumas contradições. A maioria dos Estados instituíram suas próprias leis e a nível federal foi criada a Secretaria de Recursos Hídricos e a Agência Nacional da Água (ANA). Até esta estruturação o país sempre esteve organizado de forma setorial. O Saneamento com as Companhias Estaduais e algumas municipais, a energia com as Eletrobrás e suas subsidiárias, a Navegação com a falecida Portobrás e recentemente com as empresas regionais de navegação, a agricultura irrigada com algumas entidades estaduais e entidades regionais federais como a Codesvaf e as enchentes com o apoio de algum ser divino, já que não existindo faturamento direto, somente prejuízo, não existia entidade para gerenciar seus impactos. Estes aspectos possuem uma forte interação, que não tem sido considerado.

Como se observa existe um mundo gerencial a ser construído nesta área e a nível federal parte dele ficou para a citada ANA, que iniciou seu funcionamento em janeiro deste ano. A nível dos Estados as ações variam muito dentro do país, mas a ação em todos os níveis mais importante é a constituição do comitê das bacias e das agências operativas onde o planejamento das ações poderá ser realizado com participação pública. Este é um processo lento de construção dos mecanismos institucionais de gerenciamento da água dentro de uma visão integrada. Na França este processo começou na década de 60 e ainda existe muito a ser realizado.

De todos os setores citados, dois se destacam: Saneamento e Energia. O primeiro passa atualmente por um grande dilema institucional. Grande parte das empresas do país pertencem aos Estados e foram incentivadas no passado a possuir maior porte para obterem financiamento. A constituição define que a titularidade dos serviços de saneamento é do município. Associado a isto está a tendência de privatização dos serviços saneamento em função da falta de capacidade de investimento dos Estados e da União. Como as companhias estaduais não possuem a titularidade, fica reduzido seu valor de mercado para privatização e exige uma costura política muito complicada para obter a titularidade dos vários municípios visando a privatização. O executivo enviou um projeto de lei para o congresso definindo a gerencia dos serviços em áreas onde os serviços são compartilhados dentro da bacia hidrográfica, permitindo as empresas Estaduais a gerencia deste serviço. Este projeto tem sido motivo de muitas controvérsias e poderá ser votado dentro em breve.

Uma das questões centrais, que acabou sendo politizada, se resume na privatização ou não dos serviços de saneamento. Este assunto não é como em futebol, quando somos adeptos de um ou de outro, mas de buscar o foco, que são as necessidades da população que paga pelos serviços. O *objetivo é que o mesmo seja bom e de menor custo*. Para atingir este objetivo é necessário verificar, dentro do cenário atual, as vantagens e desvantagens de cada sistema e a capacidade institucional de implementá-lo, lembrando que a história mostra que este processo é cíclico. Implementada a estatização, esta se deteriora pelos serviços caros e ineficientes, devido ao uso político das empresas e a falta de profissionalização da sua administração. Privatizada sem uma adequada regulamentação e fiscalização, os serviços tornam-se caros, com atendimento de somente parte da população, voltando com o tempo para a estatização. Não existe sistema melhor, existe sim capacidade de gerenciamento da sociedade através de seus representantes e pela cidadania.

O sistema atual, praticamente estatal (seja municipal ou estadual) tem mostrado pequena capacidade de investimento, baixa eficiência econômica (com raras exceções, todas as empresas estaduais são deficitárias) e limitado atendimento da coleta e tratamento de esgoto. Muitas empresas têm como objetivo aumentar as redes de esgoto e as estações de tratamento. No entanto, o que se observa são redes que não coletam esgoto e estações que não possuem esgoto para tratar, portanto quem foi beneficiado pelos investimentos? O contribuinte não foi. Como as empresas já cobram pelo esgoto coletado, mesmo que o mesmo muitas vezes não é coletado ou mesmo tratado, qual o

interesse em concluir o serviço? Neste ponto o Programa de despoluição da ANA lançado recentemente é um avanço, pois paga somente pelo esgoto tratado.

A resposta pode estar na privatização ou na profissionalização das empresas estatais que depende do cenário de cada comunidade e sua capacidade de exercer a cidadania e saber cobrar pelos reais objetivos. Será que a privatização é a solução? Não existe uma resposta sem muitos condicionantes relacionados aos mecanismos deste processo. Se não houver adequada regulamentação e fiscalização, a privatização pode ser um desastre. A alternativa seria a melhoria da empresa estadual e pelo aumento da capacidade dos governos em investir, pela profissionalização, a eliminação da interferência política (será possível?) e a eliminação do empreguismo sem resultados. A opção deve ser o mecanismo que tenha a potencialidade de prestar o melhor serviço de forma permanente à sociedade.

O *setor energético*, sempre foi tido no meio técnico como eficiente, com planejamento setorial e profissional, tem atualmente uma crise de oferta de cerca de dois anos com conseqüência sobre o crescimento, emprego, qualidade de vida, etc.

A matriz energética brasileira é baseada em disponibilidade hídrica, pois 91% da produção é proveniente de hidrelétricas. Desde a década de 80 o setor vem alertando a sociedade e os governantes da alta possibilidade de falta de energia devido ao descompasso de aumento de demanda com menores investimentos em oferta. O racionamento somente não ocorreu antes porque os últimos anos (30 anos) apresentaram vazões maiores (até 35%) que o período de 1930 a 1970, aumentando transitoriamente a energia gerada. Caso a tendência climática se reverta a crise seria ainda mais séria.

Um sistema de produção de energia privatizado tende a equilibrar oferta e demanda, mas a variabilidade climática pode desequilibrar este sistema por períodos longos, quando a matriz é fortemente dependente da hidrologia. Neste caso, a regulamentação desta privatização deve prever uma reserva estratégica para evitar impactos como os que estão ocorrendo, distribuindo o seu custo pelos usuários. O sistema brasileiro é singular a nível mundial pela sua dependência nas hidrelétricas e sua privatização deve ser realizada com uma regulamentação adequada para evitar problemas como os atuais e cenários como o da Califórnia nos Estados Unidos onde os erros da regulamentação elevaram os custos da energia a valores impensáveis.

A verdadeira crise será sempre gerada pela incapacidade de gerenciar as nossas riquezas dentro de uma visão sustentável. O caminho é longo e existe muita persistência para administrar diferentes usuários, conservação ambiental e a pressão dos interesses que compõem o sistema sócio-econômico.